

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS

Plano Safra 2007/08 para a Agricultura Familiar

**CURITIBA
2007**

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS

DIRETORIA

Executiva:

Presidente: **Luis Pirin** – STR Francisco Beltrão - PR
Vice-Presidente: **Cláudio Risson** – Cresol Central/SC e RS
1ª Secretária: **Sandra Nespolo Bergamin** – Fetraf - Sul/CUT
2º Secretário: **Marcio Luiz Cassel** – STR de Sarandi/RS
1º Tesoureiro: **Genês da Fonseca Rosa** - Cresol Chapecó/SC
2º Tesoureiro: **Ademir Luiz Dallazen** - UNICAFES/PR

Membros Efetivos:

Avelino Callegari - ASSESOAR/PR
Valdir Zembruski - STR de Xanxerê e Região/SC
Gervásio Plucinski - COORLAC/RS
Augusto V. Pinto - STR de Mallet/PR
Bernardo Vergapolem - Ecoaraucária/PR
Severine Carmem Macedo - Fetraf Brasil/CUT

Membros Suplentes:

Rinaldo Segalin - Ascooper/SC
Denise Knereck - SINTRAF de Laranjeiras do Sul/PR
Adir Fiorese - Cresol-Baser/PR

Conselho Fiscal Efetivo:

Celso Prando - STR Sananduva/RS
Manoel Cardozo - Sintraf Itaperuçu/PR
Vera Lucia Cecchin Dapont - STR Marmeleiro/PR

EQUIPE INTERNA

Alvori Cristo dos Santos

Área: Produção Familiar e Mercado, Redes e Sistemas

Amadeu Antonio Bonato

Área: Políticas Públicas, Redes e Sistemas, Desenvolvimento Institucional.

Denilson Pasin

Área: Desenvolvimento Institucional.

Ézio José Gomes

Área: Produção Familiar e Mercado

Gerson Ferreira Lima

Área: Desenvolvimento Institucional.

Ivone Pereira Ataíde

Área: Desenvolvimento Institucional.

João Carlos Sampaio Torrens

Área: Políticas Públicas, Redes e Sistemas.

Marcos Antonio de Oliveira

Área: Produção Familiar e Mercado.

Moema Hofstaetter

Área: Desenvolvimento Institucional.

Sidemar Presotto Nunes

Área: Políticas Públicas e Produção Familiar e Mercado

Thiago de Angelis

Área: Produção Familiar e Mercado

Thiago G. Basilio

Área: Desenvolvimento Institucional



departamento de estudos
sócio-econômicos rurais

Plano Safra 2007/08 para a Agricultura Familiar

Análise do DESER

O governo federal anunciou na última quarta-feira, dia 27 de junho, o Plano Safra 2007/08 para a agricultura familiar. A análise do Deser, por saber que a realidade da agricultura familiar se relaciona com a realidade do grande agronegócio e das políticas públicas para este, inicia com a apresentação das grandes alterações que o governo está fazendo para este setor. Numa segunda parte, o Deser apresenta alterações realizadas pelo governo no financiamento para a agricultura familiar. Neste caso, a apresentação se realiza para o Pronaf, para o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e para a PGPM (Política de Garantia de Preços Mínimos), uma vez que seus mecanismos interferem sobremaneira nas condições de comercialização, e conseqüentemente nas condicionantes de obtenção de renda da agricultura familiar.

Por fim, o Deser faz uma análise do Plano como um todo, buscando entender os avanços e apontar desafios para a implantação de uma política agrícola adequada às condições de reprodução da agricultura familiar.

Plano Patronal: pressão do agronegócio dá certo e governo continua prestigiando o setor

Em 2007/08 devem estar disponíveis para ao financiamento da agricultura brasileira R\$ 70 bilhões, 16% acima daquele disponibilizado para a safra anterior. Para a agricultura patronal, ou o grande agronegócio, serão destinados a maior parte deste bolo, ou R\$ 58 bilhões, o que corresponde a 82,85% deste volume.

Além do aumento dos recursos oficiais, as principais alterações para o financiamento do grande agronegócio são:

1. Redução da taxa de juros para custeio e comercialização, que agora passam de 8,75% para 6,75% ao ano, num recuo de 22,8% entre as safras 2006/07 e 2007/08. Para programas como Proger Rural, estes recuam de 8% para 6,25%, ou 21,8%. No Moderfrota, os juros recuam de 8,75% para 7,5% em financiamentos até R\$ 250 mil e, acima, de 10,75% para 9,5%.
2. Aumento dos recursos com juros controlados, que aumentarão 21%, passando de R\$ 30,1 para 36,45 bilhões. O volume de recursos a juros livres aumenta 12%, chegando a R\$ 12,65 bilhões;
3. Aumento do limite de recurso por tomador de R\$ 400 mil para R\$ 450 mil, para as lavouras irrigadas de arroz, feijão, mandioca, sorgo e trigo; de R\$ 250 mil para R\$ 300 mil para as lavouras de amendoim, arroz, feijão, frutíferas, mandioca, sorgo e trigo; de R\$ 140 mil para R\$ 150 mil para pecuária bovina e bubalina, leiteira e de

corte e de R\$ 120 mil para R\$ 150 mil para a avicultura e suinocultura em sistemas não integrados às agroindústrias;

4. Redução do número de programas de investimento com recursos do BNDES de oito para seis e a unificação do Prodefruta, Moderagro e Prodeagro em um único, o Moderagro II. Assim, além deste último, os programas de investimentos são o Moderinfra, o Prodecoop, o Propflora, o Moderfrota, e o Prolapec, além do Proger-Investimento e Finame Agrícola Especial.

Além destas medidas, o governo anunciou a elevação de alguns preços mínimos e sua intenção de continuar incentivando o acúmulo de capital na agricultura via comercialização, incentivando o aumento da participação de fundos e mecanismos privados na comercialização agrícola.

Plano da agricultura familiar: avanços pontuais

Para a agricultura familiar, o governo prevê a disponibilização de até R\$ 12 bilhões na safra 2007/08, o que significa um avanço de 20% em relação ao disponibilizado em 2006/07. Em relação ao Pronaf, as alterações no sistema de financiamento são:

1. *Redução da taxa de juros:* Os juros para financiamento, custeio e investimento, recuam para todas as linhas. No caso dos grupos C e D, recuam para o investimento de 3% para 2% e do custeio de 4% para 3%.

Tabela 1 - Variação da taxa anual de juros aplicadas ao Pronaf nos dois últimos anos-safra de acordo com o grupo e a modalidade de financiamento.

Grupo/ Modalidade	Juros Safra 2006/07	Juros Safra 2007/08	Redução (%)
Grupo A	1,15%	0,5%	56%
Grupo B	1%	0,5%	50%
Grupo C Custeio	4%	3%	25%
Grupo C Investimento	3%	2%	33%
Grupo D Custeio	4%	3%	25%
Grupo D Investimento	3%	2%	33%
Grupo E Custeio	7,25%	5,5%	24%
Grupo E Investimento	7,25%	5,5%	24%

2. *Aumento dos limites de financiamento:* O volume de recursos que pode ser financiado aumentam para o Pronaf Custeio nos grupos A/C, C e D.

Tabela 2 – Variação dos tetos de financiamento (em R\$) no Pronaf Custeio nos dois últimos anos-safra de acordo com o grupo e a modalidade de financiamento.

Grupo	Safra 2006/07	Safra 2007/08	Aumento (%)
Grupo A/C	3.000,00	3.500,00	16,6%
Grupo C	4.000,00	5.000,00	25%
Grupo D	8.000,00	10.000,00	25%
Grupo E	28.000,00	28.000,00	0

3. *Aumento nos limites de enquadramento.* O governo federal divulgou também um aumento no limite de enquadramento, com a alteração na renda bruta máxima nas modalidades B, C e D do Pronaf.

Tabela 3 – Variação dos valores de enquadramento (em R\$) no Pronaf nos dois últimos anos-safra de acordo com o grupo e a modalidade de financiamento.

Grupo	Safra 2006/07	Safra 2007/08	Aumento (%)
Grupo B	R\$ 3.000,00	R\$ 4.000,00	33,33%
Grupo C	R\$ 16.000,00	R\$ 18.000,00	12,5%
Grupo D	R\$ 45.000,00	R\$ 50.000,00	11,11%
Grupo E	R\$ 80.000,00	R\$ 110.000,00	37,5%

4. *Criação da linha Pronaf Eco:* Vai permitir às famílias de agricultores dos grupos C, D e E financiarem projetos de investimentos destinados à implantação ou recuperação de tecnologias de energia renovável (energia solar, eólica, biomassa e miniusinas de biocombustíveis) e a substituição de tecnologia de combustível fóssil para renovável nos equipamentos e máquinas agrícolas. Também pode financiar tecnologias ambientais, como estação de tratamento de água, de dejetos e efluentes, compostagem e reciclagem, cisternas, barragens e instalação e ligação de água ou pequenos aproveitamento hidroenergéticos. A linha, que permite ainda o financiamento de atividades florestais para aproveitamento madeireiro e não-madeireiro, apresenta juros de 2% ao ano para famílias dos grupos C e D e de 5,5% ao ano para aquelas do grupo E. A carência é de até oito anos com, também, até oito anos de prazo para pagamento.

5. *Possibilidade de financiamento de equipamento de informática:* sempre que o projeto técnico demonstrar a necessidade e viabilidade econômica, o financiamento do Pronaf pode também incluir a aquisição de equipamentos de informática.

6. *Criação de um sobreteto para os produtores que financiarem, via Pronaf, mais de uma cultura:* a partir da safra 2007/08, toda família que conseguir, ao abrigo do Pronaf custeio, créditos para duas ou mais atividades, poderá receber um sobreteto de 20% para o financiamento de mais uma terceira ou quarta culturas. Esta linha

permitirá o financiamento de atividades que não recebem até o momento aval do Pronaf, como artesanato, criação de pequenos animais, cultivo de plantas aromáticas e medicinais, entre outras.

7. *Combustíveis renováveis*: Alocação de R\$ 10 milhões para o incentivo à projetos de produção de combustíveis renováveis por parte dos agricultores familiares, como a produção de etanol. O governo ainda não divulgou como fará a operacionalização deste item.

8. *Faixa etária do Pronaf Jovem*: o governo aprovou a ampliação da faixa etária do Pronaf Jovem, que agora admite projetos de pessoas dentro esta linha com até 29 anos.

9. *Facilidades para o acesso ao Pronaf Mulher*: a partir de agora, a mulher agricultora familiar do grupo A/C poderá acessar o Pronaf Mulher não somente após a liquidação prévia de operação pré-existente, mas a partir do pagamento de uma parcela da linha Pronaf A.

10. *Cooperativas de produtores de leite*: A partir da safra 2007/08, cooperativas centrais e ou singulares que comprovarem ao agente financeiro que pelo menos 51% de suas receitas foram obtidas do processamento de leite e derivados e que têm no mínimo 70% de seus participantes ativos como famílias enquadradas no Pronaf, poderão acessar as linhas de crédito do Pronaf Agroindústria e de Custeio das Agroindústrias Familiares.

Comercialização

Quanto à política de comercialização, o Plano Safra 2007/08 traz mais do mesmo. De um lado, o governo não aumentou o preço mínimo de importantes produtos para a agricultura familiar, como o feijão, o milho, o arroz, o algodão e a soja. Aumentou em nível pouco acima da variação da inflação o preço mínimo do leite (entre 5,26% e 6%). Houve aumento significativo apenas para o preço mínimo da mandioca, que aumentou mais de 22%. Na realidade, neste ponto o governo foi pragmático, aumentando os preços mínimos daqueles produtos que sabe que pode não aumentar neste ano de 2006, deixando nos mesmos níveis os preços de produtos, principalmente grãos, que estão com perspectivas de elevação de preços na próxima safra. Não elevando estes preços, o governo não corre o risco de ter a obrigação, pelo menos moral, de ter que colocar volumes maiores de recursos na comercialização da safra.

Na realidade, esta política do governo casa com a estratégia atual de continuar privilegiando instrumentos privados de comercialização. Na realidade, na avaliação do Deser, os interesses referentes à armazenagem privada, ainda não identificados pelos movimentos sociais, encasteladas na gestão do Estado

brasileiro devem colocar muitas dificuldades para uma retomada de uma política de garantia de preços mais efetiva para os agricultores. Neste sentido, nem mesmo a proposta de alguns setores do governo de retomada, pelo menos do AGF/COV para os agricultores familiares consegue ser hegemônica dentro do governo.

Brasil: Comparação de Preços Mínimos (Safras 2006/07 e 2007/08)

Produto	Região	Unidade	Preço		
			2006/07	2007/08	Var. %
Algodão	Centro Sul	15 kg	44,60	44,60	0,00
Arroz	Centro Sul (exceto MT) e NE	50 kg	11,13	11,30	1,53
Feijão	Centro Sul e Sul da Bahia	60 kg	47,00	47,00	0,00
Far. de Mandioca	Centro Sul	50 kg	15,00	18,40	22,67
Milho	C. Sul, Sul da BA, MA e PI	60 kg	14,00	14,00	0,00
Leite	Sul e Sudeste	l	0,38	0,40	5,26
Soja	Brasil	60 kg	14,00	14,00	0,00

Fonte: MAPA. Elaboração: Deser.

Enquanto isso, mesmo com enormes dificuldades para garantir o preço mínimo aos agricultores, sejam familiares e ou não, o governo promete no anúncio do Plano Safra 2007/08 a continuidade dos investimentos no PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e do PAA Estoque da Agricultura Familiar. Para o PAA o governo anuncia a destinação de até R\$ 550 milhões para a safra 2007/08. Entretanto, como este também é um volume pouco expressivo, não se consegue reverter a lógica de controle do privado sobre o mercado de alimentos no Brasil, apesar deste ser um Programa que, quando colocado à disposição de associações de produtores, tem conseguido forjar a organização local e alterar um pouco os preços dos produtos agrícolas que não são grandes *commodities*.

No caso do PAA Estoque, entretanto, existe uma confusão ainda não sanada dentro do governo que é a possibilidade de adquirir estoque ao preço mínimo, nos moldes da PGPM tradicional, ou servir apenas de financiamento de capital de giro para as agroindústrias/associações de agricultores familiares. Além de não deixar claro no anúncio o quanto pretende disponibilizar para esta modalidade, que abre a possibilidade de continuar nos mesmos R\$ 112 milhões do ano passado, que não representa poder quase que algum de formação de mercado (compra apenas 1% da safra total de milho, por exemplo), a confusão no governo deixa explícita a dificuldade que este terá para garantir preços aos agricultores familiares.

No caso do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), a promessa é ampliar o leque de produtos atendidos pelo Programa (atualmente o arroz, o feijão, a farinha de mandioca, o milho, o leite e o trigo) aos produtos regionais.

Análise do Deser

O governo Lula continua apostando na possibilidade do convívio entre o grande e o pequeno agronegócio, entre a agricultura patronal e a familiar. Assim, atende à grita dos produtores patronais, colocando para o financiamento da safra agrícola para este setor R\$ 58 bilhões, a grande maioria (82,8%) de todo recurso para o financiamento da safra agrícola no Brasil. Além disso, aumenta os subsídios diretos a este setor, aumentando o volume de recursos a juros controlados, aonde o tesouro vai ter que arcar com o custo maior da equalização, além da própria redução da taxa de juros. Num país onde quem garante o superávit da balança de pagamentos é a balança comercial, que por sua vez é garantida pelos superávits do setor agrícola, é de se entender como a fração vendedora de nosso capitalismo, especialmente a grande propriedade fundiária, tenha a força que tem na gestão do Estado. Dá, assim, para entender porque nos dois governos Lula há sempre uma preferência, nos cargos de Ministro da Agricultura, para pessoas engajadas no projeto do agronegócio.

De outro lado, as condições de sobrevivência do pequeno agronegócio tornam-se cada vez mais complicadas se olhadas as condições reais da reprodução do capital no agro brasileiro: concentração industrial em mãos de capital mundial; a mundialização das redes de varejo, além da abertura da economia ao capital mundial, que faz do Brasil um local privilegiado para a origem das matérias-primas das cadeias agroalimentares no mundo. Nestas condições do mundo capitalista, as apostas do pequeno agronegócio vêm cada vez mais complicadas as condições de sua reprodução.

Do ponto de vista do Plano Safra 2007/08, se há avanços, são apenas conjunturais e ou pontuais. De um lado, o governo não tem um plano estratégico para fazer a reforma agrária, que poderia criar as condições mais adequadas à reprodução das famílias dos agricultores no Brasil. Por outro, o Plano Safra continua apontando para a privatização e mercado para os ricos (a agricultura patronal) e políticas específicas para os mais pobres.

Assim, em época de crescimento da liquidez internacional e de redução de juros no mundo, com estes recuando também no Brasil, o governo não tem como não reduzir as taxas de juros aos agricultores ditos familiares. Da mesma forma, aumentando o volume de recursos por contrato e alterando o limite de renda para o enquadramento no Pronaf, o governo pode até atingir a meta de 2,2 milhões de famílias dentro do Programa. Não dá para dizer que há uma melhora significativa, para além de dados localizados, da situação das famílias que vivem no campo brasileiro.

A criação de um Pronaf Eco tem como objetivo minimizar as críticas que o governo vem sofrendo em relação ao programa nacional de biocombustíveis, que privilegia a integração com as grandes agroindústrias. Desta forma, respondendo

às críticas das organizações sociais do campo, o governo coloca crédito à disposição dos agricultores familiares para a implantação de pequenos projetos.

A realização tardia de um novo Censo Agropecuário, cujos dados devem começar a serem divulgados já no final do terceiro trimestre do ano, trará elementos para uma avaliação mais detalhada dos Planos Safras da última década, bem como da própria ação do Pronaf e de toda a política pública voltada para a criação do empreendedor no rural brasileiro, arranjo hegemônico entre a academia, o governo e os movimentos sociais pelo menos nos últimos 10 anos. Como o Plano Safra 2007/08 não traz grandes novidades, não há muito que aguardar em termos de mudanças estruturais na agricultura brasileira por conta dele.